INBURSA Banco

Banco Inbursa de Investimentos S.A.
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de auditoria elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Inbursa de Investimentos S.A.:
O Banco é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa"), e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos devidamente constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos Mexicanos. Por sua vez, o Banco é uma instituição financeira devidamente constituída sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, tendo sido autorizado a funcionar como banco de investimento pelo Bacen, e tem como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, bem como a prática de atividades e operações de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Grupo Financiero Inbursa é um conglomerado financeiro mexicano, com alta liquidez e alto nível de capitalização em todos os seus negócios. No México, ocupa entre a 5ª e a 6ª posição entre os maiores bancos do país, contemplando uma plataforma completa de produtos dos mais variados segmentos do mercado financeiro. Em 2014, o Grupo Financeiro Inbursa chegou a um acordo para adquirir a totalidade das ações detida pelo Standard Bank Group Limited no Banco Standard de Investimentos S.A. (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no País. Dessa forma, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14.03.2014 pelo Banco Inbursa, tendo sido aprovado pelo Bacen e publicado no Diário Oficial da União em 15.05.2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17.04.2015.
Desempenho dos Negócios:
No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos. Replicando o foco de atuação de negócios no México, o Banco atua no mercado de empréstimos, apoiando grandes, pequenas e médias empresas. O Banco começou as suas operações no Brasil, tendo como missão o comprometimento com o País, integrado com o melhor capital humano e criado para gerir e fazer prosperar da maneira mais eficaz o patrimônio de seus acionistas e clientes, tendo como um de seus principais pontos fortes a disciplina no controle de custos e a busca por eficiência em todos os processos de forma contínua. O Banco iniciou suas operações implementando o Plano de Negócios previamente aprovado pelo Bacen, e refletindo o modelo de negócios definido pelos acionistas para as operações no Brasil. Os produtos oferecidos estão adequados aos objetivos estratégicos ora estabelecidos no referido Plano de Negócios, que, dentre outros, consistem notadamente em fornecer uma gama completa de empréstimos de capital de giro às empresas com atuação diversificada nos setores da economia no Brasil. O início das operações está sendo marcado por um forte controle de custos além de manter uma posição atual de liquidez e de capitalização confortável para o nível de ativos no balanço patrimonial. O Banco tem adotado um posicionamento conservador com relação às novas colocações de créditos, buscando ganhos de experiências importantes que são necessários para estes segmentos, com objetivos claros na atuação para alcançar maior eficiência e competitividade que demandam este mercado. Encontra-se em análise, pelo Bacen, pleito do Banco referente à alteração de seu objeto social (e, consequentemente, da sua denominação social) para prever atividades privativas de banco múltiplo, com o objetivo de ampliar sua atividade operacional mediante a criação de carteira comercial, mantendo-se a carteira de banco de investimento e a autorização para realizar operações no mercado de câmbio. Crescer de forma rentável, com baixos custos e níveis seguros de riscos, oferecendo os produtos e serviços em relação aos quais já contamos com experiência e que já apresentaram sucesso no mercado mexicano, são os principais objetivos estratégicos.
Gestão de Riscos:
O Banco julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, jurídico e de *compliance*. O Banco busca um equilíbrio apropriado entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que os negócios aconteçam em um ambiente apropriado de controle e visando à manutenção do Sistema Financeiro Nacional e da sociedade como um todo. A alta administração do Banco é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes à gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo Banco no que se refere à realização e consecução de seu objeto social, bem como seu efetivo gerenciamento. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos do Banco está disponível no site www.bancoinbursa.com.br.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		**82.253**	**81.527**
Disponibilidades	4	**3**	**6**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	**65.922**	**78.134**
Carteira própria		65.922	78.134
Operações de crédito	6	**16.280**	**3.336**
Setor privado		16.824	3.370
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(544)	(34)
Outros Créditos	7	**37**	**4**
Diversos		37	4
Outros Valores e Bens		**11**	**47**
Despesas antecipadas		11	47
Realizável a Longo Prazo		**9.952**	**25.515**
Operações de crédito	6	**59**	**16.164**
Setor privado		71	16.326
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12)	(162)
Outros Créditos	7	**9.893**	**9.351**
Diversos		9.893	9.351
Permanente		**1.504**	**1.940**
Investimentos		**1**	**1**
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		**1.339**	**1.747**
Outras imobilizações de uso		9.500	9.477
Depreciação acumulada		(8.161)	(7.730)
Intangível		**164**	**192**
Ativos intangíveis		1.464	1.320
Amortização acumulada		(1.300)	(1.128)
Total do Ativo		**93.709**	**108.982**

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		**5.410**	**13.632**
Outras Obrigações		**5.410**	**13.632**
Fiscais e previdenciárias		564	443
Diversas	8	4.846	13.189
Exigível a Longo Prazo		**2.589**	**2.598**
Outras Obrigações		**2.589**	**2.598**
Diversas	8	2.589	2.598
Patrimônio Líquido		**85.710**	**92.752**
Capital social:			
De domiciliados no exterior	9 a.	111.588	111.588
Prejuízos acumulados		(25.878)	(18.836)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**93.709**	**108.982**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

		2º semestre	Exercícios	
Receitas da	**Notas**	**de 2016**	**2016**	**2015**
Intermediação Financeira		**5.950**	**12.322**	**12.931**
Rendas de operações de crédito	6 d.	1.706	3.483	460
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 e.	4.244	8.839	12.471
Despesas da Intermediação Financeira		**(179)**	**(360)**	**(196)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 c.	(179)	(360)	(196)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**5.771**	**11.962**	**12.735**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(9.772)**	**(19.394)**	**(29.344)**
Despesas de pessoal	16 a.	(6.678)	(12.838)	(21.632)
Outras despesas administrativas	14	(2.763)	(6.097)	(8.653)
Despesas tributárias		(334)	(684)	(745)
Outras receitas operacionais	16 c.	238	460	1.959
Outras despesas operacionais	16 b.	(235)	(235)	(273)
Resultado Operacional		**(4.001)**	**(7.432)**	**(16.609)**
Resultado não Operacional	16.d	**194**	**390**	**61**
Prejuízo Líquido		**(3.807)**	**(7.042)**	**(16.548)**
Quantidade de Ações	9 a.	**111.587.801**	**111.587.801**	**111.587.801**
Prejuízo Líquido por ação		**(0,03)**	**(0,06)**	**(0,15)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		111.588	(2.288)	109.300
Redução de capital:				
Redução de capital		–	–	–
Prejuízo do exercício		–	(16.548)	(16.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9 a.	111.588	(18.836)	92.752
Prejuízo do exercício		–	(7.042)	(7.042)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		111.588	(25.878)	85.710
Saldos em 30 de junho de 2016		111.588	(22.071)	89.517
Prejuízo do semestre		–	(3.807)	(3.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9 a.	111.588	(25.878)	85.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de Reais)

		2°	Exercícios	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**Notas**	**semestre**	**2016**	**2015**
Prejuízo Líquido		**(3.807)**	**(7.042)**	**(16.548)**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(188)**	**518**	**(614)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 c.	179	360	196
Depreciação e amortização	14	293	610	1.178
Constituição/Reversão com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		(438)	8	(1.541)
Ganho na alienação de imobilizado		–	–	(29)
Atualização de depósito judicial		(222)	(460)	(418)
Resultado Ajustado		**(3.995)**	**(6.524)**	**(17.162)**
Variação de Ativos e Obrigações		**4.086**	**6.694**	**16.973**
Redução em títulos e valores mobiliários		1.298	12.212	37.958
(Aumento)/Redução em operações de crédito		3.115	2.801	(19.696)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(665)	(117)	11.172
Aumento/(Redução) em outros valores e bens		65	37	36
Aumento/(Redução) em outras obrigações		273	(8.239)	(12.497)
Caixa Líquido Gerado/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		**91**	**170**	**(189)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(9)	(30)	(284)
Alienação de imobilizado		–	1	100
Aquisição no intangível		(89)	(144)	(257)
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimentos		**(98)**	**(173)**	**(441)**
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		**(7)**	**(3)**	**(630)**
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre e exercício		10	6	636
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre e exercício		3	3	6
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		**(7)**	**(3)**	**(630)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa") e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos de origem Mexicana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir o Banco Standard de Investimentos (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no país. No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos, apoiando as pequenas e médias empresas (PME's), replicando o foco de atuação de negócios no México. O controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, aprovado pelo Banco Central do Brasil e publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 17 de abril de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras: • Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; • Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; • Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; • Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; • Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; • Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; • Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado; Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do conselho de administração e atribuída a Diretoria da Administração da Sociedade, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 22 de fevereiro de 2017.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas Contábeis: As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para Negociação:** São avaliados na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período; **(ii) Títulos Disponíveis para Venda:** São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;**(iii) Títulos Mantidos até o Vencimento:** São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. **e. Operações de Crédito:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco e de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **f. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período. No período e exercício o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **g. Outros Ativos e Passivos:** São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **h. Permanente: Imobilizado de Uso** - demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais: • Móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%; • Equipamentos de processamento de dados - 20%; • Instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguéis contratados. **Ativo Intangível** - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **i. *Impairment* de Ativos Não Financeiros:** O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1° de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram identificadas as necessidades de registro de *impairment* para os ativos do banco. **j. Receitas e Despesas:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **k. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** As provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinando pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, até dezembro de 2018, quando retornará á alíquota de 15%. **l. Moeda Estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve resultados oriundos de variação cambial. **m. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais e Depósitos Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: **i. Provisões**: são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações. **ii. Ativos Contingentes**: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **iii. Passivos Contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto àquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação. **iv. Obrigações legais**: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e à constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **v. Depósitos judiciais:** são mantidos em conta de ativo, sem dedução das provisões para passivos contingentes, pelo valor original, atualizado pela taxa prevista em lei.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 dezembro 2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	3	6
Total de caixa e equivalentes de caixa	**3**	**6**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo custo de aquisição e classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", e são, ajustados diariamente pelos seus valores de mercado, sendo o ajuste positivo ou negativo, registrado em conta específica de resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a carteira era composta por: **a. Composição da Carteira:**

	Sem vencimento	2016 Valor de mercado	2015 Valor de mercado
Mantidos para negociação			
Cotas de fundos de investimentos renda fixa (*)	65.922	65.922	78.134
Total mantido para negociação	**65.922**	**65.922**	**78.134**

continua

INBURSA Banco

Banco Inbursa de Investimentos S.A.
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

(*) Refere-se ao investimento no fundo Savoy Referenciado DI Fundo de Investimentos (fundo exclusivo) cuja política de investimento foi aprovada para investir exclusivamente em títulos públicos federais pós-fixados (LFT). **b. Títulos em Garantias:** Em decorrência da nova estratégia, conforme mencionado no contexto operacional, o banco não possui títulos depositados em garantia. **c. Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários:** As cotas de fundos de investimentos são custodiadas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. **d. Valor de Mercado:** O valor da cota do fundo de investimento é considerada com base no valor da cota divulgado pelo Administrador no site da Comissão de Valores Mobiliário - CVM. **e. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:**

	2016	2015
Rendas de aplicação em cotas de fundos de investimentos	8.839	12.471
Total	**8.839**	**12.471**

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Corresponde a operações de crédito, conforme os prazos e classificação demonstrados a seguir:

a. Composição da Carteira:

	2016	2015
Empréstimos		
Setor privado: Indústria	16.233	19.173
Comércio	110	126
Outros Serviços	552	397
Total de empréstimos	**16.895**	**19.696**
Total curto prazo	16.824	3.370
Total longo prazo	71	16.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(556)**	**(196)**

b. Classificação por Nível de Risco:

		2016				2015	
		Vencimento					
Nível de risco	% provisão	Vencidas	Normal até 360 dias	Normal acima de 360 dias	Saldo da carteira	Provisão	Saldo da carteira	Provisão
AA	0,0%	–	–	–	–	–	53	–
A	0,5%	–	40	12	52	–	261	(1)
B	1,0%	2	16.282	29	16.313	(163)	19.319	(193)
C	3,0%	14	90	10	114	(4)	63	(2)
D	10,0%	4	9	1	14	(1)	–	–
E	30,0%	3	6	12	21	(7)	–	–
F	50,0%	–	–	–	–	–	–	–
G	70,0%	–	–		–	–	–	–
H	100,0%	201	173	7	381	(381)	–	–
Total		**224**	**16.600**	**71**	**16.895**	**(556)**	**19.696**	**(196)**

c. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(196)	–
Constituição de provisão	(360)	(196)
Saldo em 31 de dezembro	**(556)**	**(196)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houveram renegociações no montante de R$ 59 e 2015 no montante de R$ 0. Nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram registradas baixas e recuperação de créditos para prejuízo. **d. Resultado de operações de crédito:**

	2016	2015
Rendas de empréstimos	3.483	460
Total	**3.483**	**460**

e. A concentração do Risco de Crédito é assim Demonstrada:

	2016		2015	
	Saldo	% sobre a carteira	Saldo	% sobre a carteira
Os três maiores devedores totalizam	16.471	97	19.604	99
Os demais totalizam	424	3	92	1
Total carteira de crédito	**16.895**	**100**	**19.696**	**100**

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2016	2015
Adiantamento e antecipações salariais	38	4
Devedores por depósitos em garantia (i)	5.325	4.461
Impostos e contribuições a compensar	1.531	2.007
Títulos e créditos a receber (ii)	3.036	2.883
Total	**9.930**	**9.355**
Total curto prazo	37	4
Total longo prazo	9.893	9.351

	Contingências - Depósito Judicial
Saldo inicial	4.461
Adição	404
Atualização	460
Saldo final	**5.325**

(i) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a impostos e contribuições sociais e causas trabalhistas (vide nota 11). **(ii)** Refere-se a valores a receber de despesas originadas pelo antigo acionista "Standard Bank Group" vide nota 1.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2016	2015
Provisão para despesas de pessoal	4.377	11.301
Provisão para riscos trabalhistas (vide nota 11)	2.589	2.598
Provisão para outras despesas administrativas - StandardBank (i)	110	1.244
Provisão para outras despesas administrativas	359	644
Total	**7.435**	**15.787**
Total curto prazo	4.846	13.189
Total longo prazo	2.589	2.598

(i) Refere-se a obrigações originadas pelo antigo acionista "Standard Bank Group" R$ 110. vide nota 1.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2016 está dividido em 111.587.801 (2015 - 111.587.801) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$ 111.588 (2015 - R$ 111.588). **b. Dividendos:** Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Por deliberação da Assembleia Geral, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio. Não foram distribuídos dividendos ou pagos juros de capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **c. Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária.

10. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Imposto de renda e contribuição social	
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes	**2016**	**2015**
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	**(7.042)**	**(16.548)**
Adições/(exclusões)	**(4.055)**	**(5.767)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	360	(2.162)
Provisão para contingências trabalhistas	–	–
Adições/(exclusões) temporárias	(8.231)	(16.146)
Adições/(exclusões) permanentes	3.816	12.541
Base tributável antes da compensação de prejuízo fiscal	**(11.097)**	**(22.315)**
Base tributável para imposto de renda e contribuição social	**(11.097)**	**(22.315)**
Total de imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	**–**	**–**

b. Créditos Tributários não Ativados: O Banco possui prejuízos fiscais de R$ 173.421 (2015 - R$ 162.324) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (Despesas de Pessoal e PCLD) de R$ 4.014 (2015 - R$ 11.884), sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) no montante de R$ 79.846 (2015 - R$ 78.394), esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e segundo as normas do Bacen.

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contingência Classificada com Risco de Perda Provável: o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R$ 2.589 (2015 - R$ 2.598).

	Contingências	Depósito Judicial
Saldo inicial	**2.598**	**4.460**
Adição	34	405
Atualização	46	460
Reversão	(89)	–
Saldo final	**2.589**	**5.325**

Contingências Classificadas com Risco de Perda Possível: não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, possuem risco de perda possível. (a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo a prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização alegou que a instituição não apresentou provas suficientes para comprovar que tais serviços foram prestados à pessoa jurídica domiciliada no exterior e que, portanto, essas receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do auto monta a R$ 12.142 (2015 - R$ 9.721). (b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB às folhas 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial atualizado totaliza R$ 4.908 (2015 - R$ 4.461), sendo esse o valor atualizado da causa. (c) Trata-se de ações trabalhistas em curso cujo risco representa R$ 10.013 (2015 - R$ 11.336). Não há causas cíveis contra o Banco que sejam do conhecimento da Administração.

12. PARTES RELACIONADAS: REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R$ 6.000, para o ano de 2016 (2015 - R$ 10.000). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R$ 4.277 (2015 - R$ 4.377).

13. INDICADORES DE RISCO - ÍNDICE DE BASILÉIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 9,875% do Patrimônio Exigido. O índice de Basiléia II em 31 de dezembro de 2016 corresponde a 144,18% (89,41% em 2015).

	2016	2015
Patrimônio de referência ajustado (Nível I e II) - PR	85.710	92.752
Patrimônio de referência exigido - PRE	5.870	11.412
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	79.840	81.340
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	1,75%	2,09%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Aluguéis	(1.167)	(1.425)
Depreciação e amortização	(610)	(1.178)
Processamento de dados	(1.823)	(2.761)
Serviços técnicos especializados	(737)	(1.043)
Comunicações	(239)	(338)
Manutenção e conservação de bens	(220)	(365)
Viagens	(131)	(222)
Serviços do sistema financeiro	(75)	(64)
Água, energia e gás	(276)	(237)
Promoções e relações públicas	(9)	(22)
Segurança	–	(3)
Transportes	(38)	(28)
Publicações	(63)	(83)
Propaganda e publicidade	(107)	(132)
Outras	(602)	(752)
Total	**(6.097)**	**(8.653)**

15. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Risco operacional - Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em âmbito corporativo e é escopo de contínua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição. **b.** Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias *(commodities)* de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. O Banco realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais. **c.** Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. A alta Administração monitora a reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição. Na condução da política de gerenciamento do risco de liquidez são considerados os passivos contratados junto à matriz, bem como os ativos existentes e classificados como disponível para venda. **d.** Risco de crédito - A Administração adota como premissa básica para concessão de crédito a capacidade da empresa em apresentar fluxo de caixa adequado, de modo a dar continuidade normal às suas atividades. As competências nas decisões de crédito são atribuídas segundo a política de alçadas que observa o montante, prazo e garantias da operação. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de créditos têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco não pauta sua decisão somente pelo nível das garantias oferecidas, que deve ser observado como acessório ao risco incorrido, e as administra com rigor, através de profissionais com larga experiência na atividade. **e.** Gestão de capital - A gestão de capital é realizada pela Diretoria Executiva com base nas atividades coordenadas pela Área de Finanças, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão de sua exposição a riscos. **f.** Risco Socioambiental - A política de risco socioambiental do Banco está inserida no âmbito da PRSA da instituição, alinhada com a Resolução CMN 4.327/14. Essa política tem como proposta a definição dos critérios de avaliação de risco da contraparte para as operações de crédito do Banco. A avaliação será categorizada considerando os princípios de relevância dos impactos sócio-ambientais, observando o porte da empresa, grau de exposições das operações com base no respectivo volume na carteira, e o potencial nível de impacto socioambiental com base nas atividades econômicas dos tomadores de crédito e o risco potencial de corresponsabilidade. **g.** Mais informações sobre as estruturas de gerenciamento do capital, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado assim como as informações sobre a Razão de Alavancagem (Circular Bacen nº 3.748/15) estão disponíveis no endereço eletrônico: *www.bancoinbursa.com.br.*

16. OUTRAS INFORMAÇÕES:

a. Despesas de pessoal referem-se a:	2016	2015
Proventos	(5.681)	(13.060)
Encargos sociais	(3.027)	(5.568)
Benefícios	(1.847)	(1.303)
Honorários	(2.127)	(1.616)
Despesa de remuneração de estagiários	(117)	(41)
Treinamento	(39)	(44)
Total	**(12.838)**	**(21.632)**

b. Outras despesas operacionais referem-se a variação cambial de operações de R$ 0 em 2016 (2015 - 272) e provisão para contingências trabalhistas de R$ 235 (2015 - R$ (1)). **c.** Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à atualização monetária de depósito judicial no montante de R$ 460 (2015 - R$ 418), e reversão de provisão para contingências trabalhistas de R$ 0 em 2016 (2015 R$ 1.541). **d.** Resultado não operacional refere-se principalmente a sublocação de imóvel no montante de R$ 390 (2015 - R$ 31) e venda de ativo imobilizado no montante de R$ 0 em 2016 (2015 - R$ 30).

A DIRETORIA

VLADIMIR BACIGA - TC CRC 1SP 131022/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Inbursa de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inbursa de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8

Deloitte.

www.bancoinbursa.com.br

DCI na web: www.dci.com.br